
DESEMPENHO DO SISTEMA EDUCACIONAL DE 1º GRAU NO RIO GRANDE DO SUL: UMA PEQUENA VANTAGEM NO PREOCUPANTE QUADRO NACIONAL*

Norma H. Kreling**
Sheila S. Wagner Sternberg***

Introdução

A economia mundial passa, atualmente, por profundas transformações, que envolvem inovações nos padrões básicos de relações políticas, sociais e econômico-financeiras, além de uma virtual revolução na base técnica de produção. Esse conjunto de inovações, que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial, consiste, em linhas gerais, na afirmação do conhecimento, da educação e do investimento em ciência e tecnologia como molas mestras do crescimento econômico, da prosperidade e do desenvolvimento.

Em função dessas transformações em curso no mundo capitalista moderno, redefine-se o perfil de qualificação do trabalhador, isto é, os atributos e habilidades que ele deve possuir para responder às exigências do novo tipo de organização. O novo trabalhador, além de conhecer a sua área de atuação, tenderá a ter uma compreensão mais ampla do processo de produção. Exige-se, agora, maior habilidade para pensar, analisar, abstrair e propor idéias. E isso só se consegue com uma sólida base de educação geral, já que a baixa escolaridade dificulta uma qualificação profissional menos parcializada e mais abrangente.

A formação escolar básica aparece, portanto, como requisito fundamental para a integração do trabalhador aos novos processos produtivos, já que há uma tendência a se associar, em todos os níveis da estrutura ocupacional, o nível de qualificação com o grau de escolaridade.

E é justamente aí que, no caso brasileiro, reside o grande desafio a ser enfrentado. De um modo geral, nosso sistema educacional mostra-se com uma feição anacrônica

* Este artigo foi elaborado com base no documento **Considerações sobre a Situação Atual do Ensino de 1º Grau no Estado do Rio Grande do Sul**, parte integrante de **Estratégia Global para o Desenvolvimento do Rio Grande do Sul: Elementos para Reflexão**, maio/94, Departamento de Planejamento Global, da SUPLAN, da SPA-RS.

** Socióloga da FEE.

*** Engenheira-Química da FEE.

As autoras agradecem aos colegas Vera Fonseca e Zélia Ubaí, da SPA-RS, Guilherme Xavier Sobrinho, Ilaine Zimmermann e Maria Isabel H. da Jornada, da FEE/NERT, pela leitura atenta e pelas sugestões à versão preliminar deste texto, eximindo-os dos erros e imprecisões eventualmente encontrados. Agradecemos, ainda, ao bolsista João A. S. de Souza pelo trabalho de digitação.

e inoperante. Lamentavelmente o quadro é crítico, caracterizando-se por altos índices de analfabetismo na população com mais de 10 anos, grande número de jovens fora da escola, além de desigualdade nas possibilidades de ingresso e especialmente de sucesso na escola. Pouco se tem feito em termos de educação básica, mesmo se comparando com países latino-americanos de menor renda, como o Paraguai e a Bolívia.

O recente relatório da UNICEF, **The Progress of Nations**, atesta que o nível da educação básica brasileira, comparado com a nossa potencialidade econômica, está em último lugar no Mundo.

O Rio Grande do Sul, em termos de educação básica, mostra-se em situação similar ao quadro nacional, embora com algum diferencial positivo.

Assim, considerando-se que a educação é um dos vetores centrais do atual processo de desenvolvimento e, também, tendo-se em vista a precariedade de nosso sistema de ensino, especialmente o público, pretende-se, neste trabalho, apresentar alguns elementos sobre a realidade educacional de 1º grau do Rio Grande do Sul, situando-a no contexto nacional.

Centramos a abordagem no 1º grau,¹ pois é ali, especialmente nas escolas públicas e em suas séries iniciais, que se encontra o ponto de estrangulamento de todo o sistema. Ali se encontram, em geral, os alunos de renda mais baixa, os professores menos qualificados e com menores salários e as escolas em piores condições físicas. Configura-se, assim, um quadro que não satisfaz os requisitos mínimos para um adequado processo de ensino-aprendizagem, originando sérias distorções, que os demais níveis de ensino irão repercutir.

Dada a escassez de dados, especialmente a nível nacional, considera-se, para efeitos de análise, o período 1980-90. Além disso, a partir de 1992, com a entrada do Calendário Rotativo no Rio Grande do Sul, torna-se praticamente inviável a compatibilização dos dados nacionais com os estaduais. Mas, apesar de haver uma certa defasagem cronológica, tudo indica que não houve alteração significativa quanto ao desempenho do 1º grau.

Sem a pretensão de se fazer uma análise exaustiva, dada a complexidade do tema, e entendendo-se também que os tópicos apresentados merecem, oportunamente, maior aprofundamento, espera-se apenas poder contribuir para o debate desse assunto de extrema relevância no delineamento de possíveis estratégias de desenvolvimento.

Um sistema de ensino com quantidade quase suficiente, mas com pouca qualidade

O ensino de 1º grau, com duração de oito anos, obrigatório para crianças de sete a 14 anos, tem suas diretrizes e bases expressas na Lei nº 5.692/71, Cap. II. Conforme estabelece a Constituição Federal (art. 208, inciso 1), o Estado deve

¹ No Brasil, o sistema formal de ensino compreende a pré-escola, o 1º grau (ensino fundamental), o 2º grau (ensino médio) e o ensino superior. Quanto à dependência administrativa, em relação ao 1º e ao 2º graus, têm-se escolas particulares e também as pertencentes à rede pública (escolas federais, estaduais e municipais).

garantir o "(...) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria".

Apesar de a Lei garantir a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino de 1º grau, muitos jovens jamais frequentam a escola, e outros a abandonam antes de completarem um aprendizado significativo. Isso configura uma situação precária em nosso ensino de 1º grau, que faz com que o País apresente um dos piores desempenhos educacionais do Continente.²

É verdade, contudo, que, nas últimas décadas, especialmente nos anos 70, se experimentou uma grande expansão no sistema educacional brasileiro, impulsionado principalmente pelas altas taxas de desenvolvimento econômico da época. Desse modo, a taxa de escolarização³ no País saltou de 36,2% em 1950 para 82,2% em 1989 (Censo Demogr. 1950. BR, 1951; PNAD, 1989). Mas, apesar dessa significativa expansão, persistem ainda sérios problemas de atendimento à população em idade escolar.

De um modo geral, a nível nacional, a atual rede física não é ainda suficiente para atender à totalidade da população escolarizável (população de sete a 14 anos). Há um descompasso entre o crescimento da população escolarizável e o da escolarizada (matriculada na escola). Em 1989, no Brasil, a taxa de escolarização foi de aproximadamente 82%, o que significa que cerca de 18% da população de sete a 14 anos ficou fora da escola (KRELING, STERNBERG, 1993, p. 23).

O Rio Grande do Sul, embora tendo apresentado uma melhoria na sua taxa de escolarização, passando de 90,25% em 1980 para 93,43% em 1990, mantém ainda uma defasagem entre o contingente da população escolarizável e o da escolarizada. Como consequência, em 1990, cerca de 6,6% da população de sete a 14 anos não foi atendida pelo sistema escolar (RS. Sec. Educ., 1990, p. 27).

Não tendo ainda condições de atender a toda a sua clientela (população escolarizável), tanto em nível nacional como estadual, o próprio sistema educacional contribui para o aprofundamento dos problemas sociais, na medida em que o mercado formal de trabalho exige, cada vez mais, profissionais com, pelo menos, o 1º grau completo.

Embora ainda haja jovens fora da escola, os dados anteriormente apresentados demonstram que, tanto no País como, especialmente, no Estado, o sistema educacional já garante uma cobertura razoável. Entretanto persiste ainda, entre os brasileiros, um baixo nível de escolaridade (número de anos de estudo). Este é, sem dúvida, um indicador importante sobre o nível educacional da população.

No Brasil, segundo dados do **Censo Demográfico de 1990** (1994), do IBGE a maior parte da população com idade superior a 10 anos apresentava no máximo quatro anos de estudo. Além disso, era alto também o contingente dos sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

O Rio Grande do Sul, em termos de escolaridade, mostrava uma situação um pouco melhor do que a nacional, registrando, ao longo da década de 80, uma melhoria nos níveis de escolaridade da população com mais de 10 anos. Observou-se uma redução do contingente de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo,

² Em 1986, a taxa de escolarização para a população de seis a 15 anos era de cerca de 88% para o Brasil e de 95,6% para os demais países da América do Sul (OEA, 1988).

³ Índice de escolarização é a relação entre a população escolarizada (população de sete a 14 anos matriculada na escola regular) e a população escolarizável (população total na faixa de sete a 14 anos).

e, por outro lado, tornou-se expressiva, na população com mais de 10 anos, a participação daqueles com cinco anos de estudo (Censo Demogr., 1990; RS, 1994, PNAD 1983/1990). Apesar disso, contudo, em termos de escolaridade, ainda temos muito a avançar. Nos países desenvolvidos, a maior parte da população que frequenta a escola conclui, em geral, o nível médio (cerca de 10 anos de estudo), enquanto aqui essa marca fica em cinco anos de estudo, não representando sequer a conclusão do 1º grau. Deve-se salientar que o ensino de 1º grau é requisito fundamental para que a população possa se habilitar ao ingresso no mercado de trabalho, dentro de um contexto de avançado desenvolvimento industrial.

O pouco tempo que a grande maioria dos brasileiros fica na escola, quando nela consegue ingressar, não lhes garante um aprendizado significativo. Tanto fatores sócio-econômicos, relacionados à realidade do aluno, como, especialmente, aqueles ligados ao próprio sistema escolar contribuem para a geração e a manutenção desse quadro.

No caso da escola pública, a dificuldade que ela tem em incorporar uma clientela bastante heterogênea é, em grande parte, definidora dessa questão. Atualmente, o que a escola ensina pouco ou nada tem a ver com a vida e com as necessidades dos educandos. Ela está defasada quanto às necessidades sociais, culturais e tecnológicas contemporâneas.

Não basta, portanto, apenas expandir fisicamente o sistema, pois, mesmo onde a cobertura é boa, há sérios problemas quanto ao desempenho. É preciso, sobretudo, preocupar-se com a qualidade do ensino, para que o acesso e a permanência no sistema sejam viáveis e socialmente eficazes a todos os cidadãos. Essa é a questão central a ser enfrentada, já que "(...) o que está errado não está na quantidade insuficiente, mas na qualidade lastimável" (Castro, apud RS Sec. Educ., 1992, p. 11). É na baixa qualidade de ensino que reside a origem dos sérios problemas que afetam o sistema educacional.

O analfabetismo é, certamente, um dos sérios problemas que decorrem da baixa qualidade de ensino. Ainda hoje, ele continua se reproduzindo e resistindo a desaparecer. Embora as taxas de analfabetismo da população brasileira com mais de 10 anos venham diminuindo, elas ainda são bastante altas e, em 1988, registravam 18,5%. No Estado, naquele mesmo ano, 9,6% da população com mais de 10 anos era analfabeta (PNAD, 1990).⁴

A alfabetização da população é uma das questões cruciais a ser vencida, não só porque a evolução da sociedade já não é mais compatível com esse tipo de restrição ao exercício pleno da cidadania, como também porque o dinamismo do sistema produtivo requer trabalhadores qualificados, que possam ter acesso às tecnologias emergentes.

Além do analfabetismo, existem ainda outros graves problemas que decorrem da baixa qualidade de ensino oferecida. Nesse sentido, a análise de alguns dados sobre a produtividade do ensino de 1º grau⁵ ou seja, o grau de eficiência que ele apresenta, é bastante útil.

⁴ Considera-se alfabetizada a pessoa que seja capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Adotando-se critérios mais rigorosos, por exemplo, incluir entre os alfabetizados apenas os indivíduos com pelo menos quatro anos de ensino básico e, portanto, não sujeitos a regressões no processo de alfabetização, constatar-se-ia que o percentual de analfabetos seria consideravelmente maior.

⁵ Cabe aqui salientar que uma análise mais completa a respeito da qualidade de ensino deveria incluir uma série de outros indicadores, como, por exemplo, rede física, número de alunos por sala de aula, número e habilitação dos docentes, além de dados a respeito da condição sócio-econômica da população.

Com respeito à produtividade do ensino de 1º grau, a análise da Tabela 1, mostra que há um elevado coeficiente de perdas e de retrabalho, expresso no longo tempo de permanência dos alunos na escola e na evasão, que faz com que haja um grande incremento anual na matrícula. O Rio Grande do Sul, embora apresentando índices um pouco melhores do que a média nacional, ainda está longe de ter um bom desempenho.

Dos alunos que iniciam o 1º grau, apenas 20,27% no Brasil e 31,17% no Rio Grande do Sul o concluem em oito anos.⁶ O precário desempenho, mostrado sinteticamente através desse índice de formandos, coloca o Brasil em último lugar entre os países da América Latina,⁷ antecedido por El Salvador e pelo Haiti, com índices de 31% e 32% respectivamente. O Rio Grande do Sul, com *performance* um pouco melhor do que a nacional, ficaria colocado entre esses dois países. A nível mundial, dos 114 países para os quais foi levantado esse indicador, a taxa do Brasil só é superior à de Guiné Bissau e à de Bangladesh (Rel. Prelim. Aval. Ens. Publ. 1º Grau, 1991).

Por outro lado, o alto número de matrículas/ano por formando, 24,76 para o Brasil e 22,80 para o Estado, traz implícito os altos índices de repetência e de evasão existentes, mostrando, assim, os sérios problemas de fluxo presentes no 1º grau. O desperdício é evidente, já que, para produzir um formando, é necessário um investimento cerca de três vezes superior àquele de um fluxo perfeito, sem evasão nem repetência.

Tanto a repetência como a evasão são indicadores de grande importância e que, com propriedade, demonstram o mau funcionamento do ensino fundamental. Ambas representam investimentos em matrículas não aproveitadas. Do total de matrículas, apenas 32,21% no Brasil e 35,08% no Estado são efetivamente aproveitadas. Das demais (matrículas excedentes), em termos nacionais, desperdiçam-se 47,52% por evasão e 20,17% por repetência. No Rio Grande do Sul, esses índices são de 42,56% e 22,36% respectivamente.

No Brasil, os evadidos freqüentam a escola, em média, 4,23 anos, concluindo 3,68 séries. No Rio Grande do Sul, eles freqüentam a escola 5,21 anos e concluem 4,00 séries. Em ambos os casos, investe-se mais do que a metade de nosso ciclo fundamental com alunos que evadem.

Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que, quanto aos indicadores de produtividade escolar, as taxas de repetência⁸ são as que mais preocupam (Tabela 2). Embora tenha-se registrado diminuição dessa taxa no período 1985-90, ela ainda se mantém bastante alta, atingindo, em 1990, 16,38%. Além disso, deve-se mencionar que, até 1987, ela esteve em patamar um pouco superior ao da média nacional.

Em relação à taxa de repetência, é importante observar que ela apresenta diferenciações de acordo com a série considerada. Os dados mais preocupantes, tanto em nível estadual como nacional, aparecem na 1ª e na 5ª séries. Ao longo do período analisado, as taxas de repetência para essas séries registradas no Estado foram piores do que as nacionais.

⁶ Considera-se que, num fluxo perfeito, sem repetência e/ou evasão, oito anos é o tempo necessário para concluir o 1º grau.

⁷ A título de exemplo, citam-se os seguintes índices de formandos: Chile, 85%; Costa Rica, 76%; México, 69%; Panamá, 87%; Uruguai, 86%; Venezuela, 73%; e Peru, 70% (Rel. Prelim. Aval. Ens. Publ. 1º Grau, 1991).

⁸ Taxa de repetência é a relação entre o número de repetentes e a matrícula inicial, isto é, o total de alunos matriculados até o 30º dia letivo.

Tabela 1

Índices de produtividade do ensino público de 1º grau
no Rio Grande do Sul e no Brasil - ciclo de 1990

ÍNDICES	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Índice de permanência (1)		
De formandos e evadidos	6,76	5,37
De formandos	10,18	9,84
De evadidos	5,21	4,23
Séries concluídas (2)		
Por evadidos e formandos	5,25	4,56
Por evadidos	4,00	3,68
Matrículas/ano por formando (3)	22,80	24,76
Matrículas excedentes (4)		
Por evasão e repetência	64,92	67,69
Por evasão	42,56	47,52
Por repetência	22,36	20,17
Matrículas/ano efetivas (5) ...	35,08	32,21
Alunos formandos (6)	31,17	20,27

FONTE: RELATÓRIO PRELIMINAR DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO BÁSICO; ciclo 1990 (1992). MEC. p.23.

(1) Índice de permanência de formandos e evadidos é o número de anos que os alunos formandos e evadidos permanecem no sistema. (2) Séries concluídas por evadidos e formandos são a média de séries que os alunos formandos e evadidos concluem. (3) Matrículas/ano por formando são o investimento de anos-matrícula necessários para formar um aluno, considerando-se o investimento despendido com repetência e evasão. (4) Matrículas excedentes por repetência e evasão são a percentagem de matrículas despendidas com alunos repetentes e evadidos. (5) Matrículas-ano efetivas são a percentagem de matrículas aproveitadas. (6) Alunos formandos são a percentagem de alunos de uma coorte que finalizam a 8ª série.

Tabela 2

Taxa de repetência, por ano e por série, no ensino regular de 1º grau,
no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1985-90

SÉRIES	(%)					
	1985		1986		1987	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
1ª	24,5	32,0	23,5	29,9	24,3	29,8
2ª	19,3	16,2	21,3	16,1	22,3	15,8
3ª	15,7	13,8	15,9	13,8	17,6	14,2
4ª	12,9	17,6	13,1	16,8	14,0	17,4
5ª	23,2	22,9	23,1	21,8	23,6	21,7
6ª	19,7	22,7	19,0	21,2	19,9	21,1
7ª	19,4	19,7	15,8	18,6	16,4	19,0
8ª	14,7	15,7	10,8	14,5	11,5	14,4
TOTAL	19,8	21,0	19,3	20,1	20,2	20,1

SÉRIES						
	1988		1989		1990	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
1ª	22,8	25,7	22,8	25,4	...	26,4
2ª	21,6	14,2	21,4	13,4	...	11,9
3ª	17,0	12,1	17,1	12,9	...	10,6
4ª	13,3	15,7	13,6	16,2	...	14,0
5ª	22,5	18,7	22,5	20,7	...	18,6
6ª	18,4	17,4	18,5	19,9	...	17,2
7ª	15,2	15,8	15,0	17,5	...	15,0
8ª	10,7	11,5	10,6	12,8	...	11,1
Total	19,1	17,3	19,1	18,0	...	16,4

FONTE: RELATÓRIO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO DE 1º
GRAU (1991). MEC. p.20.

As altas taxas de repetência da 1ª série explicam-se, em parte, pela deficiência do ensino pré-escolar. A esse respeito, Castro coloca, com bastante propriedade, que

"(...) a 1ª série do 1º grau já inclui clandestinamente um primeiro ano de ensino pré-escolar para a maioria dos alunos de baixo *status* sócio-econômico, que muitas vezes não estão preparados para começar o aprendizado da alfabetização. Essencialmente os professores avaliam o aproveitamento de cada aluno, promovendo alguns após um ano de estudo e exigindo de outros que repitam a 1ª série depois de um ano de pré-escolar improvisado" (CASTRO, 1986, p.111).

As altas taxas de repetência registradas na 1ª série fizeram com que, nos últimos anos, fossem tomadas medidas para minimizá-las, dentre as quais, citamos: prioridade ao treinamento do professor alfabetizador, reforço de material didático, relativa expansão da pré-escola, entre outros. De fato, elas surtiram algum efeito, e, no Estado, a taxa de repetência da 1ª série caiu de 32% em 1985 para 26,42% em 1990 (SE-RS). Em termos nacionais, também houve melhoria dessa taxa, que passou de 24,5% em 1985 para 22,8% em 1989 (MEC).

Com respeito aos altos índices de repetência registrados na 5ª série, pode-se dizer que eles demonstram que, na prática, a unificação entre os antigos primário e ginásio não se concretizou.

Em função das altas taxas de repetência, parcela significativa dos alunos de cada série tem idade superior àquela considerada adequada para cursá-la, ocasionando, assim, outro sério problema, que é a distorção idade-série⁹.

Embora, ao longo da década de 80, tenha havido uma certa melhoria nos níveis de defasagem idade-série, tanto no País como no Estado, o problema ainda persiste em níveis bastante altos, sendo mais acentuado à medida que se progride nas séries escolares. De acordo com dados do MEC, em termos nacionais, em 1987, 74,22% dos alunos não tinham idade compatível com a série que cursavam. No Rio Grande do Sul, a situação não era muito diferente, e, em 1990, 64,76% dos alunos do 1º grau estavam com idade defasada em relação à série que cursavam (SE-RS). Conseqüentemente, eles

"(...) vão ficando mais velhos e mais frustrados com o que lhes oferece a escola. Se, de um lado, são rejeitados pela escola, de outro, atingem uma idade em que a ida para o mercado de trabalho já é quase uma imposição econômica dentro do orçamento familiar apertado" (RS. Sec. Educ., 1990, p.39).

E, nesse sentido, a evasão escolar é o próximo e previsível passo. O próprio sistema acaba expulsando os alunos, ao não conseguir transmitir-lhes o conhecimento necessário em um tempo compatível. A evasão acarreta perda tanto para o aluno como para o sistema: para o aluno, na medida em que ele não recebe o conhecimento a que teria direito; para o sistema, na medida em que os investimentos não produzem os resultados para os quais foram dimensionados.

Evidentemente, a evasão é mais séria nas camadas menos favorecidas da população. De acordo com dados do Censo de 1980, do IBGE, a maioria das crianças que abandonam os estudos antes de completar oito anos de escolaridade vêm de famílias pobres do meio rural e dos bairros populares das periferias das grandes cidades.

⁹ Para o cálculo desse índice, considera-se como sendo sete anos a idade adequada para cursar a 1ª série e, a partir daí, sucessivamente as demais séries.

Tabela 3

Taxa de evasão, por ano e por série, do ensino regular de 1º grau,
no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1984-90

SÉRIES	(%)							
	1984		1985		1986		1987	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
1ª	14,0	8,5	13,6	8,5	14,6	7,9	14,6	9,2
2ª	9,6	4,8	10,7	4,9	10,2	4,4	10,5	5,4
3ª	9,0	5,2	9,0	5,3	9,4	4,8	9,8	5,7
4ª	8,4	6,8	8,5	7,1	9,0	6,4	9,1	7,6
5ª	17,5	11,5	17,6	12,6	19,1	11,4	18,4	13,5
6ª	14,7	12,6	14,7	13,8	16,3	12,2	15,7	15,6
7ª	13,8	13,0	13,8	13,7	15,4	12,5	15,3	15,7
8ª	11,3	11,4	11,2	11,8	12,8	10,9	12,2	13,5
Total	12,4	8,5	12,3	8,8	13,0	8,0	12,8	9,7

SÉRIES	1988		1989		1990	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
1ª	15,2	8,8	...	8,4	...	7,7
2ª	10,5	4,9	...	4,6	...	4,0
3ª	9,8	5,0	...	5,0	...	4,2
4ª	9,2	6,7	...	6,5	...	5,6
5ª	18,9	11,4	...	11,4	...	10,3
6ª	15,7	12,2	...	12,7	...	11,1
7ª	14,9	12,4	...	13,0	...	11,0
8ª	12,4	10,4	...	11,4	...	9,7
Total	13,1	8,4	...	8,4	...	7,4

FONTE: RELATÓRIO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO DE 1º
GRAU (1991). MEC.
Informática SE-RS.

Analisando-se a evolução da taxa de evasão no período 1984-90, observa-se que, no Estado, ela foi sempre inferior à média nacional. Assim, em 1988, o Rio Grande do Sul registrava uma taxa de evasão de 8,34% contra 13,1% do País. Além disso, enquanto, nesse período, a nível nacional, a taxa de evasão aumentou, no Estado houve um pequeno decréscimo, atingindo 7,35% em 1990 (Tabela 3).

Tanto em nível nacional como estadual, as maiores taxas de evasão aparecem a partir da 5ª série, embora na 1ª série ela também seja expressiva. Evidencia-se, assim, a articulação existente entre repetência, defasagem idade-série e evasão.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar o importante papel desempenhado pelo professor, uma vez que o trabalho desenvolvido em sala de aula é fundamental no resgate da qualidade de ensino.

É preciso que se diga que, há décadas, o professor vem sendo submetido a um tratamento precário e degradante em termos de formação, condições de trabalho e remuneração.

A desqualificação cada vez maior do corpo docente que atua no 1º grau, por falta de oportunidade ou de motivação, a crescente escassez de professores com a habilitação necessária, o desinteresse de jovens pela carreira do magistério, bem como o fechamento de muitas escolas de educação encarregadas de formar os quadros do futuro, e, ainda, a baixa remuneração dos professores revelam, tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Sul, um quadro bastante problemático a ser enfrentado.

Em termos globais, o grande desafio que se coloca está, portanto, na recuperação da educação como um todo e, principalmente, da educação básica, através da elevação de sua qualidade, de forma a garantir não só o acesso à escola, mas especialmente a permanência da população em idade escolar, melhorando o fluxo de aproveitamento. Com isso, espera-se reverter o lamentável quadro em que se encontra a educação básica e que, certamente, os demais níveis de ensino repercutem.

Conclusão

Atualmente, em termos nacionais, tem-se uma situação bastante grave e preocupante no que tange à educação. O Rio Grande do Sul, embora ainda longe de atingir um desempenho satisfatório, apresenta-se um pouco melhor do que a média nacional.

O sistema educacional de 1º grau já é capaz de atender a uma parcela significativa da população escolarizável. Contudo o seu desempenho é precário, caracterizando-se, dentre outros aspectos, por altas taxas de analfabetismo, repetência e evasão. Não fossem esses sérios problemas de ordem qualitativa, muito provavelmente já haveria escola para todos.

A qualidade de ensino é, na verdade, o grande entrave, decorrente, sobretudo, da falta de condições materiais e gerenciais, além da capacitação inadequada para as atividades educacionais, bem como da ausência de conhecimentos atualizados sobre o processo ensino-aprendizagem.

As escolas, especialmente as públicas, não cumprem o seu papel de ensinar e instruir, de maneira sólida e competente, os alunos que por elas passam. Elas falham ao tentar ensinar a todos os mesmos conteúdos com a mesma metodologia, evidenciando sua dificuldade em absorver uma clientela bastante heterogênea. Embora as

chances de acesso à escola sejam praticamente as mesmas para todos, as possibilidades de êxito dos mais pobres são reduzidas. Isso leva, sem dúvida, ao fracasso escolar, que é mais grave nas escolas públicas, cujos maiores usuários são jovens oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade.

Esse sério problema, contudo, pode ser melhor entendido, considerando-se a escola inserida e integrada ao contexto histórico-social, econômico e político onde ela atua, pois é ela que "(...) dentro da sociedade civil desempenha de forma mais direta a função de reproduzir a força de trabalho e as relações de produção (...)" (FREITAG, 1989, p.33).

Nesse sentido, considerando-se que, dentre outros aspectos, nosso sistema produtivo ainda se baseia, fundamentalmente, na produção em massa, com baixos custos de mão-de-obra, consagrando a separação entre trabalho intelectual e manual, pode-se dizer que o fracasso escolar vem atender às necessidades do próprio sistema.

A escola, submetida à lógica da divisão do trabalho, através de seus mecanismos de seletividade (repetência e, no limite, evasão), exclui um grande contingente de jovens. São estes que, em função de sua baixa escolaridade, ao ingressarem no mercado de trabalho, ocuparão os empregos menos valorizados e com pior remuneração. Assim, enquanto houver empregos não qualificados ou que requerem apenas um mínimo de qualificação a ser preenchida, a escola produzirá o seu "refugo", isto é, pessoas que, após sucessivas reprovações, abandonam seus estudos e são convencidas de que o fracasso se deve a sua própria inferioridade.

Portanto, na medida em que o sistema produtivo não exigia mão-de-obra com bom nível educacional, o investimento na melhoria da qualidade de ensino não foi prioritário. E, assim, embora o problema não seja novo, ao longo do tempo pouco ou quase nada tem sido feito para saná-lo.

Por outro lado, as mudanças emergentes no mundo capitalista moderno, em função da incorporação de tecnologias avançadas, certamente repercutem no cenário nacional e impõem mudanças profundas nas relações de trabalho.

As novas exigências de qualidade e produtividade, para que se atinjam maiores níveis de competitividade, não podem prescindir de trabalhadores com um perfil de qualificações mais apurado. A dimensão dessa qualificação está diretamente associada à responsabilidade e à confiabilidade que esse trabalhador representa no processo produtivo. As novas funções exigem, no mínimo, formação escolar básica, e, nesse sentido, o ingresso e a permanência no 1º grau aparecem como condição mínima necessária para a inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. Nunca a educação foi condição tão importante para o emprego e para a renda como agora, observando-se a tendência à marginalização dos analfabetos e daqueles com 1º grau incompleto.

O fraco desempenho de nosso sistema educacional poderá representar, por um lado, a falta de pessoal com os requisitos mínimos necessários para que se atinja o desenvolvimento econômico e, por outro, a marginalização de parcela significativa da população, na medida em que se reduzem as oportunidades de emprego para pessoas com baixo nível de escolaridade.

Mais do que nunca, exigem-se agora medidas eficazes para reverter a lamentável situação em que se encontra nosso sistema educacional de 1º grau. Para que isso se viabilize, o planejamento educacional precisa estar vinculado a uma política social e econômica mais abrangente, contemplando estratégias que atendam de imediato a nossa realidade.

É preciso garantir a universalização do ensino e, especialmente, elevar-se a qualidade interna do sistema, garantindo a todos níveis de escolaridade compatíveis com as mudanças em curso no mundo moderno, para que os indivíduos possam ter uma maior participação na vida econômica e social da Nação e, assim, exercer plenamente a sua cidadania.

Bibliografia

- ACCURSO, Cláudio Francisco (1991). **Relator do parecer n.773/93**: Processos n.140/92 e 375/92, do Conselho Estadual de Educação, que aprova o informe sobre a execução financeira da despesa em educação, relativa ao ano de 1991. Porto Alegre.
- ALMEIDA NETO, Antonio A. de, PARENTE FILHO, José (1992). **Qualidade, eficiência e equidade no ensino de 1.grau**: elementos para reflexão e debate. Rio de Janeiro: IPEA/IPE.
- BACHA, Edmar, KLEIN, Herbert S. orgs. (1986). **A transição incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (1990). **A educação no Brasil na década de 80**. Brasília.
- CASTRO, Cláudio de Moura (1986). O que está acontecendo com a educação no Brasil? In: BACHA, Edmar L., KLEIN, Herbert S., orgs. **A transição incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, Cláudio de Moura, SOUZA, Alberto de Mello (1974). **Mão-de-obra industrial no Brasil**: mobilidade, treinamento e produtividade. São Paulo: IPEA.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Brasil (1951). Rio de Janeiro: IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Brasil, Rio Grande do Sul (1994). Rio de Janeiro: IBGE.
- CHATKIN, José Miguel et al., orgs. (1990). **A criança do Rio Grande do Sul**: indicadores de saúde. Porto Alegre: Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente-RS.
- DEMO, Pedro (1991). **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez e Autores Associados.
- FERRARI, Alceu R. (1987). **Escola e produção do analfabetismo no Brasil**: educação e realidade. Porto Alegre.
- FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho (1988). **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo: Cortez e Autores Associados.
- FRANCO, Maria A. Ciavatta (1992). **Estudos comparados e educação na América Latina**. São Paulo: Cortez.
- FREITAG, Barbara (1986). **Escola, estado e sociedade**. Moraes.
- FREITAG, Barbara (1989). **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez e Autores Associados.

- GARDIN, Danilo (1988). **Escola e transformação social**. Rio de Janeiro: Vozes.
- GATTI, Bernardete Angelina (1990). **Problemas da educação básica no Brasil: a exclusão das massas populacionais**. PREDE/OEA.
- HARPER, Barbete et al. (1985). **Cuidado, escola!** São Paulo: Brasiliense.
- KRELING, Norma H., STERNBERG, Sheila S. Wagner(1993). **Considerações sobre a situação atual do ensino do 1.grau no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e Administração-RS/SUPLAN. (mimeo).
- MELLO, Guiomar N. et al. (1987). **Educação e transição democrática**. São Paulo: Cortez e Autores Associados.
- OEA (1988). **Niveles educativos básicos en America Latina y el Caribe**.
- PATTO, Maria Helena Souza (1990). **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- PEREIRA, Luiz (1974). **Desenvolvimento, trabalho e educação**. São Paulo: USP/Zahar.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/1989: Brasil, Rio Grande do Sul (1983/86, 1988, 1990). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1989: Brasil (1989) Rio de Janeiro: IBGE.
- RELATÓRIO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO DE 1 GRAU (1991). MEC.
- RELATÓRIO PRELIMINAR DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO BÁSICO, ciclo 1990 (1992). MEC.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação (1990). **Caracterização sócio-econômica educacional do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação (1992). **Sistema de avaliação do ensino básico: ciclo 1990**. Porto Alegre.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto C. (1993). **As bases do desenvolvimento moderno: forum nacional**. São Paulo: Nobel.